

KUPFER, D. A doença brasileira. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 04/04/2007.

A doença brasileira

04/04/2007

Os dados sobre a balança comercial brasileira de março último colocam mais lenha na fogueira da controvérsia sobre a taxa de câmbio, que vinha lentamente ganhando fôlego e agora deverá finalmente ocupar o centro do debate sobre a condução da política macroeconômica brasileira. O recuo do valor do saldo comercial, que ocorre pela primeira vez desde 2001, embora há muito prenunciado pelos que observam com mais vagar o cotidiano da produção industrial no país, deverá forçar os analistas que vinham fazendo "ouvidos de mercador" para o problema a uma maior dose de realismo. Porém, a concordância geral de que a taxa de câmbio está errada não significa que haja qualquer consenso a respeito de qual deve ser o seu valor correto. Entre os que enxergam a conveniência de nada mais do que uma leve desvalorização até os que advogam a necessidade de uma maxidesvalorização, abre-se um espectro amplo de diagnósticos e prognósticos sobre os rumos da economia brasileira.

Vamos aos números: as importações em março atingiram o recorde histórico de US\$ 9,532 bilhões contra US\$ 12.855 bilhões exportados. Com isso, o saldo, embora positivo em US\$ 3,323 bilhões, foi cerca de US\$ 300 milhões inferior ao de março do ano passado. Esse mesmo comportamento é válido para períodos de apuração maiores: no primeiro trimestre de 2007, o saldo foi 6,4% inferior a igual período em 2006 enquanto nos últimos doze meses encerrados em março de 2007 o saldo também foi inferior ao observado em igual intervalo em 2006. A reversão no desempenho comercial é consequência do fato de que as importações estão evoluindo a taxas de crescimento próximas a 30%, contra 18% das exportações. O que chama a atenção é que agora as importações estão atingindo velocidade de crescimento compatível com o nível excessivamente valorizado no qual a taxa de câmbio vem se mantendo, velocidade essa que, se sustentada, irá significar o fim do período das vacas gordas da balança comercial.

Mas o câmbio não é só fator de equilíbrio das contas externas no curto prazo. É também um dos principais determinantes da estrutura produtiva da economia no médio e longos prazos. É nesse plano que o debate sobre os níveis desejáveis da taxa de câmbio se torna mais complexo. A questão é se está em curso um processo de desindustrialização indesejável para a economia, dado o estágio de desenvolvimento em que se encontra. A divulgação das novas contas nacionais pelo IBGE, ao recalcular o peso da atividade industrial de 36% para 27% do PIB em 2005, com a indústria de transformação restrita a apenas 20% do PIB, reforçou a idéia de que a taxa de câmbio estaria provocando danos irreversíveis à atividade industrial nacional.

Mais do que comparações numéricas entre os pesos dos setores primário, secundário e terciário, um exame adequado do tema exige descer fundo na análise de fenômenos econômicos que relacionam variações das quantidades produzidas e demandadas, dos

preços relativos e das produtividades. Essas últimas, por sua vez, são decisivamente influenciadas por mudanças tecnológicas e organizacionais, cujo ritmo de adoção, ao menos em países distantes da fronteira tecnológica, são também parte do jogo econômico.

São quatro as razões mais comumente levantadas para explicar a perda de peso da atividade industrial na composição do PIB. Primeiro, a redução do tamanho relativo da indústria pode estar refletindo mudança no padrão de consumo da população a favor dos serviços na medida em que aumenta a renda per capita, em vista de uma esperada maior elasticidade-renda dos serviços frente aos bens industriais. Essa razão dificilmente se aplica a países como o Brasil porque o baixo poder aquisitivo médio da população ainda é consistente com elevado consumo reprimido de bens industriais. A segunda razão decorre de um possível movimento de terceirização de atividades como limpeza, vigilância, processamento de dados e muitas outras, antes realizadas por empresas industriais, para empresas de serviços, provocando uma ilusão estatística decorrente da transferência do valor ou do emprego correspondente de um setor a outro. Embora essa ilusão estatística seja um fato relevante, sobram evidências de que, no Brasil, esse processo teve grande intensidade na década de 1990, tendo provavelmente esgotado a sua capacidade de provocar efeitos mais sensíveis no período recente. A terceira razão explica o declínio do peso da indústria como consequência do seu sucesso em aumentar mais rapidamente a sua produtividade vis-à-vis as atividades de serviços, já que o progresso tecnológico afeta muito intensamente quase todas atividades industriais e apenas algumas atividades de serviços. O aumento da produtividade relativa dos bens industriais acaba por barateá-los em comparação aos serviços, explicando a perda de peso da indústria na composição da produção. Esse mesmo aumento da produtividade também pode implicar redução do emprego caso o ritmo de expansão da produção industrial não seja suficientemente forte para compensá-lo. Finalmente, inversamente à razão anterior, a queda da indústria pode ser atribuída ao seu fracasso, à sua incapacidade de produzir com custos eficientes de modo a manter-se competitiva frente aos concorrentes internacionais, permitindo, em economias suficientemente abertas, um processo de substituição da produção industrial doméstica por importados. Esse último motivo corresponde à chamada "doença de custos", da qual a "doença holandesa" é um dos casos particulares vinculados à valorização cambial. No país, a doença é reforçada por miríade de restrições sistêmicas à competitividade da produção nacional.

A dificuldade em se traçar um diagnóstico mais preciso para a atual transição estrutural brasileira está no fato de que as duas últimas explicações se fazem presentes, embora com intensidades diferentes em diferentes ramos da atividade industrial. É inquestionável, porém, que o desempenho da indústria está revelando que não ela não é capaz de dar uma resposta em produtividade na extensão requerida pela atual taxa de câmbio, entre outras razões, porque uma parcela importante das empresas não está capitalizada para um salto modernizante adicional. É o conhecido círculo vicioso no qual o baixo dinamismo do mercado interno, a pressão crescente dos produtos importados e a redução da rentabilidade das exportações minam os incentivos para os investimentos das empresas, sem os quais diminui a resposta em produtividade, sem a qual diminui a capacidade de conviver com a taxa de câmbio valorizada. Essa, talvez, seja a essência da "doença brasileira".